

## **REVEL NA ESCOLA: SOBRE PRONOMES PESSOAIS NA FALA E NA ESCRITA**

**Maria Eugenia Lammoglia Duarte<sup>1</sup>**

eugenia@brazilmail.com

### **INTRODUÇÃO**

Este artigo é dirigido especialmente aos que se dedicam ao Ensino Fundamental e Médio e têm de lidar com o conteúdo de gramática, em geral muito conservador, que é apresentado nos livros didáticos. Chega a ser um paradoxo encontrar livros tão bem ilustrados, tão bem diagramados, tão “modernos” na seleção de alguns textos e acabar chegando a uma parte dedicada à gramática tão pouco amigável, tão desinteressante, tão distante não só da língua nossa de cada dia como também da escrita veiculada em textos com os quais o aluno terá de lidar na escola<sup>2</sup> (ciências, história, geografia, por exemplo), além de matérias publicadas em jornais, revistas, entre outros.

Por que isso acontece? Talvez porque seja mais fácil ir aos antigos manuais e extrair dali conceitos e classificações sancionados pela tradição, que, talvez por isso mesmo, devam ser respeitados. Ou talvez por desconhecimento das mudanças que toda língua viva empreende e que, com o passar do tempo, acabam sendo incorporadas pela escrita sem que os autores se apercebam desse fato. A verdade é que tanto o português falado no Brasil quanto as variedades escritas vêm passando por mudanças tão significativas que os alunos mais jovens (e os professores de gerações mais jovens também!) acabam por não compreender os exemplos que aparecem nas nossas gramáticas tradicionais. Não basta, entretanto, mudar os

---

<sup>1</sup> Professor Titular de Língua Portuguesa; Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

<sup>2</sup> Esta é, aliás, uma das exigências dos PCNs: ajudar o aluno a lidar bem com os diversos tipos de textos a que será apresentado e que terá de produzir ao longo do seu percurso escolar.

exemplos trocando “palavras antigas por palavras atuais”. Precisamos rever a gramática que está representada nesses exemplos. Os fenômenos que vamos aqui discutir brevemente estão relacionados ao tema central deste número da **ReVEL**. Vamos falar de mudanças em duas direções opostas no português brasileiro: nossa preferência por pronunciar os pronomes com a função de sujeito e a de apagar alguns pronomes “átonos”, também chamados “oblíquos”, ou substituí-los por formas tônicas. Começemos pelos primeiros.

## 1. OS PRONOMES PESSOAIS SUJEITO

Nosso quadro de pronomes pessoais passou por significativas mudanças que, curiosamente, ainda não chegaram às gramáticas: (a) o desaparecimento do pronome *vós*; (b) a entrada do pronome *você*, que hoje convive em algumas regiões com o pronome *tu*, e é usado no plural para substituir *vós* no plural – *vocês* –; (c) a entrada do pronome *a gente*, que começou timidamente uma competição com o pronome *nós* e hoje vence bravamente essa batalha. Nossas gramáticas tradicionais e aquelas mais recentes que procuram simplificá-las<sup>3</sup> continuam com o mesmo paradigma, que mantém *tu* e *vós* para a 2ª pessoa do singular e plural, chamam *você* de “forma de tratamento” e ignoram o novo pronome *a gente*. Por que isso acontece? Exatamente pelo conservadorismo que acabamos de mencionar. Para as gramáticas, *você*, derivado de *Vossa Mercê*, continua a ter o estatuto de forma de cortesia que essa antiga expressão nominal (que já passou pelo tratamento cortês dirigido a reis, depois a nobres) tinha. Não se deram conta de que ela acabou por substituir *tu* em grande parte do território nacional ou se alterna com ele, tendo, portanto, perdido seu estatuto de forma de tratamento. O mesmo ocorreu com *a gente*, originariamente uma expressão nominal, que era usada em frases como “A gente dessa terra é trabalhadora e corajosa”, mas, com o tempo, foi perdendo os traços nominais e se tornando um verdadeiro pronome. Veja então como seria o paradigma esperado numa descrição dos pronomes pessoais destinado aos alunos do Ensino Médio e Fundamental. Vamos apresentá-los com o verbo “estudar” conjugado no Presente do Indicativo:

---

<sup>3</sup> Refiro-me aqui a manuais que se limitam a reduzir o tamanho as gramáticas tradicionais e a atualizar exemplos para que os alunos consigam entendê-los, perdendo em geral tudo o que pode e deve ser utilizado da tradição com as necessárias atualizações. Já temos uma Gramática do Português Brasileiro (Castilho, 2010), uma Gramática Pedagógica do Português Brasileiro (Bagno, 2011), que colocam em primeiro plano a descrição e a valorização da língua que falamos.

Pessoa/Número	Pronomes	Escrita	Fala
1ª PS	Eu	estudo	estudo
2ª PS	Tu	estudas	estuda(s)
	Você	estuda	estuda
3ª PS	Ele / Ela	estuda	estuda
1ª PP	Nós	estudamos	estudamos
	A gente	estuda	estuda
2ª PP	Vocês	estudam	estuda(m)
3ª PP	Eles / Elas	estudam	estuda(m)

**Quadro 1:** Pronomes pessoais no português brasileiro

Note que, com a entrada dos dois novos pronomes – você e a gente – que se combinam com a forma verbal de 3ª pessoa do singular – estuda – ficamos com um número menor de terminações (desinências) verbais diferentes para cada pessoa. E se considerarmos que na língua oral existe variação na concordância verbal, teríamos a possibilidade de um número ainda maior de formas verbais idênticas. É lógico que uma gramática destinada ao ensino da escrita padrão não precisaria da última coluna do nosso Quadro, mas a variação na presença *versus* ausência dessas desinências entre colchetes é uma realidade na nossa fala. E esses dois fatos (a inserção de novos pronomes e a ocasional perda de marcas de concordância) devem estar entre os fatores que nos levaram a pronunciar os pronomes, evitando o sujeito “oculto”, como chama a gramática tradicional, ou “nulo”, como o chamamos na linguística moderna.

Os exemplos que seguem, retirados de amostras da fala carioca (mas, segundo inúmeras pesquisas sobre este tema, ilustram todas as cidades brasileiras), mostram que essa preferência pelos pronomes expressos é notada entre falantes com qualquer nível de escolaridade:

- (1) a. **Eu** nasci aqui em Inhaúma e aqui nessa casa **eu** moro tem trinta e um anos. Trinta e um anos que **eu** moro aqui. **Eu** morei numa outra casa. Depois **eu** comprei esse terreno aqui e  $\emptyset_i$  construí a casa. [...] Porque **eu** vim pra cá, *eu*

tinha meus dois filhos, mas **eu** não tinha condições de fazer a casa grande, aí  $\emptyset_i$  fiz pequenininha. (M, EF1, 57)<sup>4</sup>

b. Está aí. **Eu** tenho muita saudade do Rio do meu tempo. Mas, **eu** não sei por quê, quando **eu** penso assim: “Onde é que **eu** gostaria de morar?”, **eu** não sei se é porque **eu** tenho certeza que  $\emptyset_i$  não posso reverter o passado ou se é porque **eu** não tenho mesmo vontade... mas o fato é que **eu** não penso no Rio de Janeiro antigo. (H, ES, 32)

(2) a. **Vocês** são muito jovens. **Vocês** acham que **vocês** podem mudar o mundo. (cv) Acham que tudo é fácil. (M, EF1, 25)

b. Aí **vocês** vão entrar em atrito porque **vocês** vão começar a brigar. (M3a, 125/126)

(3) a. **Minha esposa** trabalha na Embratel. **Ela** fez segundo grau técnico em contabilidade. Depois **ela** fez faculdade. Hoje **ela** é técnico em contabilidade da Embratel. **Ela** ganha bem, mas eu acho que **ela** devia ganhar mais porque **ela** merece. (H, EF2, 31)

b. **Essa minha tia** que mora aqui, **ela** é solteirona e eu acho que **ela** é super-feliz, sabe? Eu não acho que **ela** seria feliz assim... **Ela** é uma pessoa que ajuda os outros pra caramba. **Ela** - isso é até um pouco de defeito - **ela** pensa muito mais nos outros do que nela, né. Mas eu acho que **ela** é uma pessoa feliz e tal, que não tem nada...É que a vida não ficou a dever, entendeu, nada. Foi uma opção dela ficar solteira. **Ela** não ficou solteira porque não apareceu pretendente. **Ela** ficou solteira porque **ela** quis. (M, ES, 26)

Observe que os sujeitos de 1<sup>a</sup>, 2<sup>a</sup> e 3<sup>a</sup> pessoas são preferencialmente expressos e que os nulos, representados por um  $\emptyset$ , ocorrem mas facilmente no segundo membro de pares coordenados (uma propriedade da coordenação, comum às línguas em geral) ou mais raramente em subordinadas e contextos iniciais desde que o antecedente esteja bem saliente no contexto precedente.

Veja a seguir a competição entre *nós* e *a gente*. Tanto na fala usualmente referida como fala “popular” como na fala “cult”, a realização é exatamente a mesma; o pronome *nós* ainda pode aparecer nulo especialmente na fala de indivíduos mais velhos, independentemente do nível de escolaridade (4a,b), enquanto o

---

<sup>4</sup> Cada exemplo é seguido pela identificação do gênero do falante: Mulher/Homem (M H), Nível de Escolaridade (EF1, EF2, ES) e a idade.

pronome *a gente* tende a ser expresso pela ausência de uma flexão verbal distintiva (4c,d):

- (4) a. A vizinhança é ótima. Ø **Temos** vários comércios, Ø **temos** mercado, Ø **temos** feirinha. (M, EF1, 69)
- b. Plantei flores, tinha flores de todas as cores ali na frente da casa, e Ø **fizemos** horta atrás. Aí, Ø criamos galinhas, Ø criamos patos... (M, ES, 74)
- c. Eu conheci uma gaúcha aqui no Rio [e]... e **a gente** acabou namorando e depois Ø **ficamos** um tempo sem se vê e Ø **voltamos** a nos procurar e assim foi e aí Ø **voltamos** a namorar meio a distância e Ø **resolvemos** ficar juntos, (H, EM, 35)
- d. Agora **a gente** 'tá brigado. Tem duas semanas que **a gente** nem se fala. (...) Eu acho que em um ano **a gente** se separa se **a gente** se casar. (M, ES, 26)

Outra característica interessante do português brasileiro é o uso de pronomes pessoais expressos para referência a seres inanimados, um traço que não se encontra nas línguas irmãs – italiano, espanhol e português europeu – certamente um efeito em cadeia do preenchimento do sujeito:

- (5) a. Porque [**o nosso país**]<sub>i</sub> **ele**<sub>i</sub> é muito grande. E cada região tem as suas características próprias. Eu acho meio complicado. Eu acho que [**o Rio de Janeiro**]<sub>k</sub>, como **ele**<sub>k</sub> engloba pessoas do Brasil inteiro, pode ser que aqui tenha se formado, por essa mistura, né? (M, EM, 58)
- b. **Nova Trento** é do tamanho da rua São Clemente de Botafogo. **Ela** é desse tamanho. **Ela** não tem paralelas. (M, ES, 50)

O francês, também uma língua irmã, preenche o sujeito obrigatoriamente e usa pronomes pessoais para referentes com o traço não animado (o pronome neutro *il, ils* (ele, eles) e o pronome *elle, elles* (*ela, elas*)). O português, que não tem o neutro, usa os mesmos pronomes para referentes com o traço [+/-humano].

## 2. OS PRONOMES DO CASO OBLÍQUO

A tradição separa os pronomes com funções diferentes da de sujeito em oblíquos átonos e tônicos. Os átonos são fracos, não podem ser pronunciados sozinhos numa resposta, por exemplo, enquanto os pronomes sujeitos e os oblíquos tônicos podem. Veja os exemplos a seguir:

(6) Quem vai ao cinema?

Eu! / Nós / A gente / Eles (pronomes pessoais sujeito – caso reto)

(7) Com quem ele vai ao cinema?

Comigo! / Com ela / Conosco / Com a gente / Com você (oblíquos tônicos)

(8) Quem o João viu no cinema?

\*Me / \*Te / \*O / \*Nos (oblíquos átonos)

Aí está a razão do nome “átono” e de um nome adicional, que aparece nos quadros teóricos mais recentes: “clítico”. Sim, um pronome clítico precisa de um hospedeiro para ser pronunciado (o asterisco significa que esse uso não é gramatical, isto é, o falante do português, qualquer falante, não produz essa estrutura). O hospedeiro é uma outra palavra em que o pronome clítico se apoia. No português de Portugal, os pronomes clíticos se apoiam da direita para a esquerda e a prova disso é o fato de nenhum falante português iniciar uma frase com um pronome clítico:

(9) a. \***Te** vi ontem no cinema.

b. \***Me** contaram que você não vem à festa.

c. \***Lhe** disseram que o jogo foi adiado?

Por que será que isso ocorre na fala de qualquer indivíduo português, independentemente de seu grau de escolaridade? Simplesmente porque os clíticos no português europeu se “cliticizam” da direita para a esquerda. Portanto, é preciso haver um hospedeiro à sua esquerda e, além disso, é preciso haver algum elemento chamado “atrator”. Assim, não basta, no português europeu, ocorrer uma palavra inicial, como em (10). A sentença continua agramatical (i. e. não é produzida pelos falantes):

- (10) a. \*Eu **te** vi ontem no cinema.  
b. \*Os colegas **me** contaram que você não vem à festa.  
c. \*Eles **lhe** disseram que o jogo foi adiado?

Assim, só na presença de um “atrator” a “próclise” (que tem a palavra “clítico” em sua raiz) será licenciada no português europeu:

- (11) a. Eu **não te** vi ontem no cinema.  
b. **Como** os colegas **me** contaram que você não vem à festa, cancelei tudo.  
c. **Quando** eles **lhe** disseram que o jogo foi adiado?

Fica então claro que, no português europeu, além de um clítico não poder ocorrer em primeira posição (início de oração) porque ele precisa de um apoio à esquerda, a próclise também depende de outros fatores sintáticos, como a presença de um atrator. E por que isso é ainda descrito em nossas gramáticas e livros didáticos, se para nós todas as estruturas em (9) e (10) são perfeitamente “gramaticais” (ou seja, produzidas e entendidas pelos falantes brasileiros)? Por que nos dizem que as frases em (10) só podem ser usadas na fala mas nunca na escrita? Por que nos dizem que elas são informais? Ora, porque nossas gramáticas tradicionais se inspiram na gramática do português europeu. Elas não levam em conta que, no português brasileiro, esses pronomes se “cliticizam” da esquerda para a direita, isto é, se apoiam na palavra seguinte e não na anterior; daí a ocorrência de próclise sistemática em primeira posição. Essa é a gramática com que o aluno chega à escola, e aqui eu utilizo o termo “gramática” numa acepção diferente daquela que vinha utilizando: eu me refiro ao conhecimento da criança, adquirido durante a infância a partir dos dados que recebe daqueles que a cercam. Essa gramática, adquirida naturalmente, não contém uma série de traços da gramática lusitana. E a escola vai fazer “até o impossível” para levar o aluno a usar a ênclise na ausência de um “atrator”. E, mais uma vez, a escola e o contato com a escrita conseguirão essa proeza até certo ponto: o aluno vai aprender que “não se pode começar uma frase com pronome oblíquo”, sem nunca saber por quê! Afinal, não há qualquer estigma sobre essa colocação pronominal! Além disso, ele vai começar a usar a ênclise mesmo na presença de um

atrator, o que ocorre muito frequentemente na escrita mais formal veiculada pelo país.

E, falando nos nossos pronomes átonos (clíticos), uma outra característica do português brasileiro é a ausência de três desses pronomes na gramática da criança que chega à escola: trata-se dos pronomes **se o(s)/a(s) e lhe(s)**, como ilustramos em (12):

- (12) a. Asfaltou-**se** toda a avenida. / Não se vê mais máquina de escrever.  
b. O João esteve aqui mas eu não **o** vi.  
c. Quando o João esteve aqui eu **lhe** dei um presente.

A evolução do português no Brasil levou à perda desses pronomes na nossa primeira gramática, aquela que aprendemos durante a infância e com a qual a criança chega à escola. O primeiro clítico, que os que leem este texto conhecem como pronome indeterminador ou apassivador, independentemente dessas classificações, é um pronome que suspende (ou indetermina) o agente ou experienciador de uma sentença; ora, na nossa primeira gramática esse clítico é substituído por um pronome pessoal, como os que vimos na seção 1. As sentenças em (12a) poderão aparecer como:

- (13) a. (**Eles**) asfaltaram toda a avenida / A avenida foi asfaltada.  
b. **Você** não vê mais máquina de escrever.  
c. **A gente** não vê mais máquina de escrever.

No primeiro caso, o falante se exclui do que está sendo dito; no segundo, tanto o falante como o ouvinte podem estar incluídos; no terceiro, o falante está necessariamente incluído. Esses pronomes pessoais, ao contrário dos que vimos nos exemplos na seção 1, têm referência indeterminada.

Quanto à sentença em (12b), na nossa primeira gramática ela pode ter duas formas:

- (14) a. [**O João**]<sub>i</sub> esteve aqui, mas eu não vi **ele**<sub>i</sub>.  
b. [**O João**]<sub>i</sub> esteve aqui mas eu não vi  $\emptyset$ <sub>i</sub>

Embora o pronome pessoal que aparece como complemento seja muito criticado por gramáticos e professores, ele não é tão frequente na fala brasileira, como mostram as pesquisas empíricas. O brasileiro prefere, de longe, apagar o pronome, produzindo (14b). A impressão de que o pronome é muito frequente vem do fato de que estamos diante de uma categoria pronunciada. O objeto apagado (ou nulo) não é percebido e, portanto, nunca é alvo de crítica. Quanto ao clítico *lhe*, em (12c), este é substituído por um pronome regido de preposição ou, mais raramente, é apagado:

- (15) a. Quando [**o João**]<sub>i</sub> esteve aqui eu dei um presente [**pra ele**]<sub>i</sub>.  
 b. Quando [**o João**]<sub>i</sub> esteve aqui eu contei a verdade  $\emptyset$ <sub>i</sub>.

Vejamos algumas ocorrências das formas alternativas aos três clíticos (**se**, **o**, **lhe**) nas mesmas amostras utilizadas para exemplificar o sujeito pronominal:

- (16) a. Às vezes, pelo fato da pessoa ser nascido e criado em morro, **eles** acham que é tudo mau elemento. (H, EF2, 19)  
 b. **Você**, no Canadá, **você** pode ser o que **você** quiser. (M, ES, 27)  
 c. **A gente** tem que seguir o que **a gente** sabe e da forma que **a gente** foi criado. (H, 18, EM)
- (17) a. Se [**teu carro**]<sub>i</sub> falhar, tu bota **ele**<sub>i</sub> no meio fio e deu, né? Sai e espera o reboque... O avião não tem essa chance. (H, EM, 35)  
 b. [**A S.**]<sub>i</sub> tava com seis anos e [**a C.**]<sub>i</sub> tava com 8. Então, meu marido levava  $\emptyset$ <sub>i</sub> pra escola pra mim. No dia que eu não podia pegar  $\emptyset$ <sub>i</sub> ele pegava  $\emptyset$ <sub>i</sub> pra mim. (M, F1, 35)
- (18) a. [**Meu filho**]<sub>i</sub> é uma pessoa que curte, roupas (...) Se eu peço [**a ele** para ir comprar o jornal, nunca ele sai imediatamente. Então ele vai ao quarto, bota lá uma camiseta diferente da que ele estava, né, e sai, vai comprar jornal (H, ES, 45)  
 b. [**O menino**]<sub>i</sub> deve ser louco pra comer açúcar. O dia que **ele**<sub>i</sub> pegar um saco de bala né, mas não sou eu que vou dar  $\emptyset$ <sub>i</sub>, né? (M, ES, 65)

Mais uma vez, o contato com a escola e a escrita vai levar o aluno a aprender essas formas, aumentando o seu repertório. Mas, curiosamente, esses indivíduos não levam essas novas formas para a sua fala espontânea. Os índices de ocorrência do clítico **se** e **o** são muito baixos, tanto na fala espontânea de escolarizados como na de indivíduos com poucos anos de frequência escolar. O clítico **se** está ausente da fala dos jovens, aparecendo na fala de grupos etários mais velhos, com frequência nunca superior a 5% (o que significa que todos preferem as formas pronominais que mostramos em (13) e (16) acima); o clítico **o**, **a** alcança entre 1% e 3% em amostras de fala não culta e culta, respectivamente, sendo substituído pelas estruturas em (14) e (17). Finalmente, quanto ao clítico **lhe** (para referência à 3ª pessoa), ele se encontra completamente ausente para referência à terceira pessoa<sup>5</sup>, sendo as estruturas em (15) e (18) as únicas estratégias para sua substituição.

### **3. QUE INTERESSE PODEM TER ESSES FENÔMENOS PARA O PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA?**

Se levarmos em conta o fato de que gramática da criança que chega à escola não contém esses traços que apontamos como ausentes ou muito raros na gramática da fala, poderemos deduzir que essa criança iniciará seu desempenho na escrita com sujeitos pronominais expressos em vez de nulos; com os clíticos **se**, **o/a**, **lhe** ausentes, transferindo os traços da fala. É o que ocorre, naturalmente. E o professor passará a “cortar os pronomes-sujeito”, sob a alegação de que eles são redundantes. E não são! Falante não é redundante! Ele só usa o que precisa usar na sua comunicação. E os nossos pronomes-sujeito passaram a ser “necessários”. O problema é que as gramáticas dizem que “como temos um sistema desinências verbais rico, não precisamos pronunciar os sujeitos”. Essa afirmativa não vale mais para o português brasileiro, mas, por força da tradição, a escrita recupera de forma impressionante os sujeitos “ocultos”, especialmente os de primeira pessoa, que são justamente os mais pronunciados na fala.

---

<sup>5</sup> É preciso atentar para um interessante fenômeno que ocorre no português brasileiro: o pronome *lhe*, extinto para referência à terceira pessoa, é bastante comum para a referência à segunda pessoa, tanto na função de objeto indireto (Eu vou *lhe* emprestar o livro) quanto na função de objeto direto, em variação com *você* e *te* (Eu *lhe* vi no cinema ~ Eu vi *você* no cinema ~ Eu *te* vi no cinema), um fenômeno que, certamente, merece ser discutido com os alunos. São reflexos das mudanças no nosso quadro pronominal.

Da mesma forma, a criança estranhará os pronomes átonos mencionados, terá dificuldade para entendê-los nas primeiras leituras e só ao longo do processo de escolarização vai, aos poucos, aprendendo esses novos traços, que nunca substituirão completamente as formas que ela já trouxe em sua primeira gramática. Por isso, a gramática do letrado brasileiro é tão híbrida: contém traços da primeira gramática e dessa segunda gramática aprendida na escola. Isso torna difícil e delicada qualquer tentativa de sistematização da gramática da nossa escrita padrão. Entretanto, tal tentativa não é impossível: terá apenas de contemplar a variedade de formas.

Qual o papel do professor durante esse percurso? Um professor preparado e atento a esses fenômenos poderá acompanhar a evolução do aluno desde as primeiras séries até o final do Ensino Médio e observar que é o contato com o texto escrito que vai levar o aluno a deixar aos poucos o sujeito expesso e começar a apagá-lo. E isso não será fruto dos “cortes” que o professor tende a fazer, mas fruto do contato com a leitura. Note, entretanto, que essa aprendizagem do sujeito “nulo” é apenas parcial. Em certos ambientes sintáticos, com um antecedente mais distante ou em outra função sintática, o aluno (e todos os que escrevem nos mais variados meios de comunicação escrita) vai recorrer ao pronome expesso. Quanto aos pronomes átonos, um professor informado poderá mostrar as novas formas e levar o aluno a refletir sobre o conservadorismo da escrita e a necessidade de conhecer formas que são menos frequentes hoje, mas que certamente estarão presentes em textos literários de outras épocas e mesmo na escrita contemporânea mais padronizada. Nas séries mais avançadas, quando o aluno estiver estudando a literatura, o professor bem informado saberá o momento de mostrar o pronome **vós** e sua conjugação, a colocação pronominal mesoclítica (completamente ausente da fala brasileira), etc.. Entender esse processo é enriquecedor para o professor, que poderá ser um participante ativo na condução do aluno no ingresso ao mundo da escrita. Conhecer a gramática da escrita sem pensar que ela é melhor e que substituirá sua primeira é gramática é o segredo para manter o interesse do aluno nessa descoberta.

#### **PARA SABER MAIS SOBRE ESSE ASSUNTO**

Relaciono abaixo alguns textos facilmente acessíveis, que poderão trazer mais informações sobre a distância entre a fala e a escrita, sobre como se dá a recuperação de formas praticamente extintas e sobre o equívoco que está em confundir a

gramática do português brasileiro com informalidade. Nossa gramática não é informal. Ela só não coincide em muitos aspectos com o modelo lusitano. Este modelo ainda ensinado acaba por ser confundido com “formal”, embora não tenha nada de formal entre os portugueses. Pode ser para nós, porque nós só lançamos mão dele se somos treinados e nos encontramos numa situação em que monitoramos a nossa escrita. Só os que têm prática – muita leitura e contato com a escrita – conseguem essa proeza!!!

BAGNO, Marcos. *Gramática pedagógica do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

CASTILHO, Ataliba de. *Nova Gramática do Português Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.

DUARTE, M. Eugênia L. Sobre o ensino da gramática nos níveis Fundamental e Médio: por que, quando e como? *Revista Matraga*, vol. 19, no. 30, jan-jun, 41-60, 2012.

DUARTE, M. Eugênia L. O papel da Sociolinguística na descrição da gramática da escrita contemporânea. In: MARTINS, Marco Antonio; TAVARES, M. Alice (orgs. *Contribuições da Sociolinguística e da Linguística Histórica para o ensino da língua portuguesa*. Natal: UFRN, 2013, 117-143.

DUARTE, M. Eugênia L. Para uma nova descrição da sintaxe do ‘português padrão’ *Cadernos de Letras da UFF*, v. 25, n. 51, 23-41, 2015.

DUARTE, M. Eugênia L; SERRA, Carolina R. Gramática(s), ensino de português e “adequação linguística”. *Revista Matraga*, vol. 22, no. 36, jan-jun, 31-35, 2015.

MARTINS, Marco A.; VIEIRA, Sílvia R.; TAVARES, M. Alice. (Orgs) *Ensino de Português e Sociolinguística*. São Paulo: Contexto, 2014

PAIVA, M. Conceição; GOMES, Christina A. (Orgs.) *Dinâmica da variação na Fala e na Escrita*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2014.